

FESTA DA SENHORA DA GOMA

no Santuário da Senhora da Abadia

DIA 22 DE ABRIL DE 1990

(DOMINGO DE PASCOELA)

PROGRAMA

Às 11,30 horas — Missa solene com a participação do Grupo Coral de Bouro — Paradela de Frades.

— Sermão da Festa.

No fim, sairá a Procissão até ao Cruzeiro com a presença dos mesários e devotos da Senhora da Abadia.

De tarde, às 16 horas, **inauguração do Museu de Nossa Senhora da Abadia.**

Pede-se a presença dos Irmãos, neste acto religioso e cultural da vida do Santuário.

Às 17 horas — Missa vespertina no SANTUÁRIO.

A invocação e festa da Senhora da Goma ou dos Gomos, da Alegria ou Nossa Senhora dos Campos, é antiquíssima no Santuário.

Ela é a verdadeira protectora da Agricultura. Mantém-se a tradição de os noivos se consagrarem a Nossa Senhora pedindo a protecção para o futuro lar.

Em Terras de Bouro

As questões do PN e da fronteira «aqueceram» a Assembleia Municipal

- e mais:
- Aquisição dum carro funerário misto
 - Contestação da tomada de posse da nova Assembleia Municipal
 - A fronteira
 - Aprovação do regimento
 - Dispensa de obras a concurso público até 20 mil contos
 - O problema dos lixos
 - Turismo selvagem e ataque dos lobos

Presidida pelo dr. Manuel Antunes da Lomba, secretariado pelos doutores Manuel Adelino e Lino Cunha, realizou-se no passado dia 23 de Fevereiro a primeira reunião ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, que decorreu no salão do centro cultural.

Lida a acta da reunião anterior, esta seria alvo de alguns reparos, nomeadamente por parte dos deputados municipais Agostinho Moura e Claudino Cruz que justificaram a sua ausência nessa reunião pelo facto de só muito tardiamente terem recebido as respectivas convocatórias, o que no caso do primeiro só se verificaria no dia 3 de Janeiro, quando a reunião

teve lugar em 29 de Dezembro.

Antes da ordem do dia, foi apresentada uma proposta pelo presidente da Junta de Freguesia da Balança no sentido de ser adquirido pela Câmara um carro fúnebre que desse cobertura aos funerais no concelho. O eng.º Fausto Dias, por sua vez, foi de opinião que se adquirisse uma viatura polivalente que tanto servisse para funerais como para o transporte de pessoas. Sendo a proposta apresentada à votação dos 33 membros presentes, esta viria a ser aprovada por maioria, com uma abstenção.

O presidente da Junta de S. João do Campo levantou uma questão

quente que conseguiu embaraçar os representantes do executivo: seria legal a instalação da Assembleia Municipal, onde não estiveram presentes quatro Juntas de Freguesia? E que razões houve para instalar tão apressadamente esta Assembleia, quando noutros concelhos do país isso se verificou muito mais tarde?

O presidente da Mesa, invocando a lei, disse que a competência da instalação da A.M. cabe ao presidente cessante e uma vez que não houve impugnação da eleição da Mesa, não havia legitimidade formal para impugnar o acto eleitoral da A.M.

(Continua na página 2)

PELA CÂMARA DE AMARES

HÁ ALGO DE ESPERANÇOSO NA NOVA GESTÃO

Começam a conhecer-se as directrizes e modos de proceder do novo Executivo e daí que se possa divisar que algo de novo nos vem aí. Feito o exame da situação financeira e embora se verifique que ela não é nada favorável, entenderam os responsáveis que era preciso seguir em frente, embora com o cuidado de gastar o menos possível e ir buscar ganhos onde possam aparecer. Referindo factos, vamos mostrar que algo de positivo se adivinha já.

De há muito que a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) procurava condições para investir no nosso Concelho muitas dezenas de milhares de contos numa Escola de Ensino Especial, um Lar e trabalho protegido para deficientes. Só agora, devido à boa vontade da Mesa da Santa Casa da

Misericórdia de Amares e à intervenção decidida da Câmara Municipal, vamos ter esse benefício em que são já investidas grandes quantias e continuarão a sê-lo pois o funcionamento exige grande dispêndio e colocação de pessoal.

Para o efeito a Santa Casa cederá a casa e quintal onde viveu a benemérita D. Filomena do Rosário e, em compensação, a Câmara vai ceder-lhe o terreno que num loteamento da Vila estava prometido para a Escola de Ensino Especial.

É do conhecimento geral que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Amares procura de há dois anos a esta parte adquirir um terreno para construção do seu novo Quartel-Sede. Desnecessariamente as diligências têm-se alongado de maneira a pôr em perigo a construção do dito Quartel-Sede no prazo que se

deseja. O novo Executivo Municipal teve o cuidado de acelerar o processo respectivo de maneira a que a escritura de doação do Município a favor da Associação dos Bombeiros Voluntários se faça ainda na primeira quinzena do actual mês de Março. Trata-se de um melhoramento em que serão gastos cerca de 120.000 contos e dará àquela Instituição uma nova dimensão.

O Concelho de Amares tem o seu Clube desportivo mais representativo na III Divisão Nacional o que é uma honra que todos pretendem consolidar. É sabido, também, que isso obriga a um grande dispêndio que leva ao Município uns largos milhares de contos por ano. Atendendo, também, a que a Vila precisa de uma piscina, de há muito

(Continua na página 2)

Visitas pastorais ao arceprelado de Amares

Continuam as visitas pastorais às freguesias do arceprelado de Amares.

No passado dia 4 do corrente, foi a vez da freguesia de Santa Marta de Bouro, paróquia pelo rev.º dr. Janela e antiga sede de concelho.

Temos informação de que no próximo dia 18 será a vez de Rendufe, e, no dia 25, será a de Caldelas.

Não havendo alteração, estas visitas pastorais ao arceprelado de Amares são feitas pelo bispo de Dume e auxiliar de Braga, D. Carlos Martins Pinheiro.

A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE AMARES ATENTA ÀS NECESSIDADES DO CONCELHO

A Direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Amares, na sua última reunião deliberou incentivar os trabalhos já iniciados no sentido de estabelecer uma Secção daquela Associação em Santa Maria de Bouro, em cuja localidade iniciou contactos com um responsável local, que vai alargar a fim de obter êxito.

Bouro, não só é o terceiro maior centro urbano do Concelho como se encontra localizada numa região que vai até ao Gerês e Abadia, cobrindo a área das Barragens e as fraldas do Parque Nacional da Peneda Gerês. É, ainda, o melhor local para se instalar algo para a defesa imediata do Parque Nacional por ser a via que lhe dá acesso a nascente. O seu potencial humano é grande e as características bairristas e de brio da sua população deixam

anterver uma correspondência positiva ao chamamento do voluntariado ao serviço dos Bombeiros.

Se as forças locais puderem mobilizar um recinto próprio será ali instalada uma ambulância e logo a seguir um pronto-socorro, aos mesmo tempo que se prepara o pessoal. Mas se a iniciativa for ao ponto de conseguir um terreno aceitável, a Associação fará construir instalações próprias e definitivas.

A Associação dos Bombeiros aguarda que, finalmente, e dentro de dias, lhe seja outorgado o terreno para o novo Quartel-Sede, obra a que vai meter ombros, mas não descarta outras iniciativas como a que se relata. De há um ano a esta parte a Associação já comprou 3 ambulâncias e um pronto-socorro e aumentou os efectivos do seu Corpo

(Continua na página 2)

PELA CÂMARA DE AMARES

HÁ ALGO DE ESPERANÇOSO NA NOVA GESTÃO

(Continuação da página 1)

que se defendia que a mesma fosse construída no Complexo Desportivo do F.C. de Amares, por servir dois objectivos: dar ao Concelho uma piscina e ao Clube novas receitas de maneira a minorar os dispêndios da Câmara. Os novos Edis não exitaram e votaram já a respectiva deliberação. E, ao que nos consta, a deliberação tem ainda privilégio de aproveitar terrenos que não exigem dispêndio ao mesmo tempo que libertam o terreno do «velho campo» que vendido vai chegar e sobrar para a nova realização e dar origem a três imóveis para mais de trinta habitações. É caso para dizer: de um tiro, três coelhos—piscina, habitações e dinheiro para a realização.

De há muitos anos que se fala na mudança da Feira Semanal do Largo da Feira Nova para outro local, por várias razões, que são tantas e tão prementes, que ninguém contesta. Em vésperas do acto eleitoral de 17 de Dezembro até circularam dezenas de fotocópias do estudo do Largo da Feira como irá ficar sem Mercado Semanal. Logo vieram as partes contrárias dizer que se tratava de um acto demagógico pois não podia mudar-se a Feira sem haver para onde ela ir, sem se fazerem as estruturas para a Feira e o saneamento do velho Largo. Isto quer dizer que se tem falado na mudança sem se ter feito nada para a concretizar. Pois nos seus poucos dias de vida o novo Executivo já mandou preparar o levantamento topográfico dos terrenos previstos, fazer a

sua avaliação e contactar com os proprietários. Isto não quer dizer que vai ser feito com rapidez, mas quer dizer que estão dados os passos necessários e o processo vai mesmo seguir. Quanto à pressa, dependerá muito do entendimento que se deseja ao agrado de todos e à medida do que for justo.

O Executivo Municipal já adjudicou duas estradas por cerca de 50.000 contos mas, também já usou de um acto cautelar, mandando parar o processo de concurso da chamada Variante às freguesias de Ferreiros e Amares, obra que custará uns 70.000 contos e que a C.E.E. participou tendo-se gasto a dita participação sem começar a obra. É que aquela iniciativa estava para ser adjudicada sem que os terrenos estivessem negociados com os

respectivos proprietários, o que levaria a que a obra fosse parar por culpa atribuível à Câmara. Depois acontecia como era uso e costume na administração anterior, os preços dobravam ou triplicavam e o dinheiro nunca chegava para coisa nenhuma. Em face de quanto se diz os terrenos da faixa de rodagem da Variante estão a ser negociados e só depois a obra será adjudicada.

Têm sido feitas várias diligências no sentido de desbloquear a obra dos Paços do Concelho e é de esperar que na próxima quinzena o presidente do Município se desloque a Lisboa para o efeito.

Por tudo isto e bastante mais, damos a esta notícia o título de «há algo de esperançoso na nova gestão».

M. J.



Electricidade de Portugal
EDP/Empresa Pública

AVISO

ALTERAÇÃO DE NÚMEROS DE TELEFONES

Avisamos os nossos estimados clientes, fornecedores e o público em geral que os números dos telefones da sede deste Centro de Distribuição, à Rua Pedro Magalhães Gondavo, 147, Braga, passam a ser os seguintes, a partir das 17 horas do dia 2 de Março:

613 430
613 431
613 432
613 433
613 434
613 435

O CHEFE DE CENTRO,
JOAQUIM DA COSTA VIEIRA (ENG.)

Em Terras de Bouro

As questões do PN e da fronteira «aqueceram» a Assembleia Municipal

(Continuação da página 1)

Por sua vez, Carlos Pereira, chefe de divisão autárquico, invocaria o Decreto-Lei n.º 100/84 que no seu art.º 1.º diz que a A.M. é composta por vogais eleitos e pelos presidentes da Junta, podendo aquela funcionar mesmo sem a eleição dos presidentes de Junta em falta, devendo comparecer ao acto eleitoral os presidentes cessantes.

Questionado pelo presidente da J.F. do Campo se esses presidentes cessantes foram convocados para a eleição da Mesa, Carlos Pereira diria não dispor ali de elementos que o confirmassem.

O eng.º Fausto Dias levantou o problema da legalidade das convocatórias, uma vez que houve pessoas que as não receberam atempadamente. A isso responderia Carlos Pereira dizendo que tal questão está inserta no regimento da A.M. e esta, antes de ser eleita, não tem regimento específico, devendo seguir a lei geral e esta apenas diz que o acto eleitoral é convocado pelo presidente cessante, não frisando quando.

Claudino Cruz diria então que, nessa ordem de ideias, o regimento que vigora é o anterior e de acordo com a legislação, que publicamente mostrou, deveriam ser respeitados os dez dias de antecedência para as convocatórias, no que seria corroborado por Agostinho Moura que insistia, uma vez mais, sobre as razões que teriam impedido na inobservância desta matéria, mas nem da parte da Mesa nem da Câmara lhes foram dadas respostas plausíveis e convincentes.

Artur Antunes, ainda no período de antes da ordem do dia, tomaria a palavra para se referir à questão da fronteira, aos abusos dos turistas e à gestão do PNPG, pondo em causa a eficácia da sua delegação no Gerês, a quem já expos várias situações e nunca foi atendido.

O dr. Francisco Assis Campos, aproveitando a presença na reunião do presidente da Câmara, chamar-lhe-ia a atenção para o problema das águas pluviais no fundo da Avenida Paulo Marcelino, em Covas, e de 3 ou 4 curvas altamente perigosas na freguesia da Ribeira, problemas que, acentuou, com um pouco de boa vontade a Câmara poderia resolver.

A encerrar este período, o presidente da Junta de Vilar referiu que, além do carro funebre, faz falta também um carro de recolha do lixo, como acontece noutros concelhos vizinhos.

Entrando-se, de seguida, no ponto 1 da ordem de trabalhos (discussão e aprovação do regimento da A.M.) o dr. Manuel Adelino diria que, por imperativo legal, há que proceder à alteração de alguns artigos, tendo o presidente da Mesa declarado que este assunto merece reflexão e em sua opinião, deveriam ser indicados 2 ou 3 elementos da A.M. para estudarem tais alterações. Depois de levantadas várias hipóteses, acabaria por prevalecer a seguinte:

(Continua na página 6)

A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE AMARES ATENTA ÀS NECESSIDADES DO CONCELHO

(Continuação da página 1)

Activo e vai continuar, esperando fazer às gentes de Caldelas o mesmo apelo feito a Bouro, pois é intenção dos seus responsáveis que Caldelas tenha também uma Secção de Bombeiros, dado que tem todas as características próprias para o efeito.

A Associação dos Bombeiros fez distribuir no mês findo o mapa referente aos resultados do Cortejo de Oferendas feito

em Agosto findo, dando nota dos rendimentos por freguesia e entidades, enumerando, ainda, o que falta fazer.

No dia 18 do corrente mês a Instituição realiza a sua Assembleia Geral para aprovação do relatório e contas e eleição de um elemento para a Direcção, esperando a presença de quantos querem saber da vida de uma das mais úteis Instituições, sempre pronta a servir o semelhante.

Solar das Bouças

Sociedade Vitivinícola S.A.

Sede: Lugar de Ancede — Proselo — Amares

Capital Social: 5.000.000\$00

Conservatória do Registo Comercial de Amares — Matrícula n.º 141

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos da Lei e dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do Solar das Bouças — Sociedade Vitivinícola S.A., para reunir na sede social, no dia 29 de Março de 1990, pelas onze horas, e em segunda convocatória no dia 18 de Abril de 1990, pela mesma hora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Deliberar sobre o Relatório de Gestão e sobre as Contas do Exercício de 1989;
- 2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício;
- 3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4 — Proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais da empresa para o triénio 1990-1992;
- 5 — Fixar as remunerações fixas e/ou variáveis dos corpos sociais.

As condições de participação e exercício do direito de voto são as constantes dos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º dos Estatutos.

Amares, 14 de Fevereiro de 1990

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
LUÍS VELLOSO FERREIRA

a voz da abadia

A VOZ DAS GENTES DE ENTRE HOMEM E CAVADO

Quinzenário regionalista e independente

Director:

PAULO FERRO

Redacção e Administração:

Santuário de Nossa Senhora da Abadia
Santa Maria de Bouro
4720 AMARES

Propriedade da Confraria de Nossa Senhora de Abadia

DEPÓSITO LEGAL, N. 12453/86

Composto e impresso: Editora Correio do Minho
Palácio Municipal de Exposições e Desportos (P.E.M.)
Telef. 22353—4703 BRAGA CODEX—Apartado 290

Assinatura anual: 1.000\$00
Número avulso: 40\$00

COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DO CONCELHO DE AMARES, C.R.L.

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com os artigos n.ºs 23.º, 24.º e 25.º dos Estatutos, convoco todos os Associados da COPACA — Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Amares, C.R.L., para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede da Cooperativa, no dia 24 de Março próximo, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Leitura, votação e aprovação da Acta da sessão anterior
- 2 — Apreciação, votação e aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 1989, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 3 — Outros assuntos de interesse para a Cooperativa

Amares, 28 de Fevereiro de 1990

O Presidente da Assembleia Geral,
PAULO BARBOSA DE MACEDO

PELO SANTUÁRIO



HORÁRIO DAS MISSAS

Aos domingos, a eucaristia no mês de Março é às 11 horas e às 16 horas.

A missa vespertina nos sábados é às 18,30 horas.

BODAS DE PRATA

— No dia 18 de Fevereiro, realizaram no Santuário a festa das Bodas de Prata do seu casamento Armando Gabriel da Silva e Maria da Conceição Gonçalves da Silva.

São de S. Domingos, Carvalhosa, Paços de Ferreira, mas quiseram festejá-las junto de Nossa Senhora da Abadia.

— No dia 24 de Fevereiro, os casais: António Maria da Costa Alves e Angelina Fernandes Marques de Matos, de Santo Estêvão de Briteiros, Guimarães, e Félix Fernandes Marques e Maria dos Anjos Marques Alves, de S. Salvador de Briteiros, Guimarães, tiveram a festa das Bodas de Prata do seu matrimónio.

Para a Eucaristia por devoção a Nossa Senhora escolheram o seu Santuário da Abadia.

Os familiares, os amigos vieram solenizar-lhes a festa: tinham muita gente a participar com eles na missa.

No fim, depois das fotografias, foram para o restaurante da Abadia completar a festa.

VISITAS

— No dia 17 de Fevereiro à noite, chegaram à Abadia os escuteiros de Figueiredo, Braga. Foi uma marcha que fizeram dentro do plano das suas actividades.

Os chefes cá os esperavam para umas sessões de estudo e de preparação para o escutismo.

Pernoitaram nos quartéis e no domingo assistiram à Eucaristia. Mas participaram nela: ajudaram nas leituras e nos cânticos e contribuíram para que tivesse mais solenidade.

— Desde o dia 26 de Fevereiro até ao dia 2 de Março, a equipa dos caminheiros e a equipa dos seniores dos escuteiros de Requião, Famalicão, estiveram acampadas na Abadia, nas leiras do Anjo.

Vieram do S. Bento, onde estiveram acampados dois dias.

Realizaram um programa das suas actividades de exploração, nestas terras e por estas montanhas.

Nas suas caminhadas praticaram montanhismo e algumas vezes até houve alpinismo.

Tiveram mais, as práticas de formação do escutismo e no domingo assistiram à Eucaristia no Santuário.

PAGARAM «A VOZ DA ABADIA»

Dr. João de Sousa Fernandes, Benfeitor (1990)	2.000\$00
Padre José Marques Domingues (1990)	1.000\$00
Francisco Ramalho da Mota (1990)	1.000\$00
Jaime José da Silva (1990)	1.000\$00
Armindo José de Sá (1990)	1.000\$00
Arminda Rodrigues Pereira, Luxemburgo (1990)	1.000\$00
Carlos Gonçalves Dias (1990)	1.000\$00
Maria Amélia Lopes Pedrosa, Barroqueira, F. da Foz (1990) ...	1.000\$00
Adelaide de Jesus Correia (1990)	1.000\$00
João António Ribeiro (1990)	1.000\$00
Américo José de Oliveira Arantes (1990)	1.000\$00
Manuel Miranda Martins (1990)	1.000\$00
João Domingues Pires (1990)	1.000\$00
Albino Augusto Barreiro (1990)	1.000\$00
Henrique dos Anjos Domingues (1988/89)	1.200\$00
Maria do Sameiro Pires da Costa e Sá (1990)	1.000\$00
Francisco de Brito Martins (1989)	600\$00
Ivo Lopes da Graça Monteiro, Gerês, Benfeitor (1990)	1.500\$00

VISITANDO A ABADIA

O sr. arcebispo primaz, D. Eurico Dias Nogueira, explica ao Delegado do Papa João Paulo II, cardeal Sebastião Baggio, as glórias e as belezas do Real Santuário de Nossa Senhora da Abadia.

Atrás destes, o presidente da Mesa Administrativa da Confraria, sr. José Pinto Cardoso, explica ao sr. arcebispo-bispo de Lamego, D. António de Castro Xavier Monteiro, as obras de restauro que, só com o dinheiro da fé dos devotos de Nossa Senhora da Abadia, ali se têm realizado.



Escritos do antigo capelão, o padre Francisco Antunes de Almeida

SERMÃO DA SANTÍSSIMA VIRGEM

Ait Maria: Beatam me dicent omnes generationes...

Disse Maria: Serei proclamada ditosa por todas as gerações...

Senhores: — Nesta jornada cruciante da vida, em que os sentimentos mais nobres do homem, quais rosas desfolhadas pelos vendavais das paixões, estão aviltados, em que a humanidade se gladia em lutas ignominiosas, ateadas pelo ódio, é um dever, é uma necessidade imprescritível fazer ressaltar as prerrogativas da Santíssima Virgem, porque, sendo Mãe de Deus, só Ela pode salvar a sociedade do abismo, cujo sorvedouro hiante se cava a seus pés!

Maria é a estrela que no céu, por vezes tenebroso, de nossa existência resplandece meiga e sedutora, guiando nossos passos pelo estreito trâmite, por onde só passa a virtude, e por onde só seguem as almas que desprezam os prazeres do mundo! É a esperança aurifulgente, que no horizonte do porvir nos sorri cativante, dulcificando-nos as agruras da vida, e estimulando-nos a prosseguir na titânica luita que conduz à bemaventurança! É mais bela do que a aurora de um dia primaveril, em que o mavioso gorgoeio dos passarinhos se casa com o murmúrio da brisa de pérolas de orvalho. É o porto de salvamento, onde anseia abordar o crente que navega no mar revolto da vida!

Assim como às trevas da noite se segue a fulva luz da aurora, que com sorriso de oiro anuncia a vinda de um sereno e límpido dia, assim também a Virgem é o primeiro clarão, que, rompendo das brumosas trevas da culpa, em que a humanidade jazia imersa, anuncia o próximo aparecimento do raivoso Sol da Graça, que, dentro em pouco, espargeria seus raios de luz e amor, de justiça e verdade sobre o universo, dissipando as trevas domal e ensinando a virtude como caminho seguro que conduz ao Supremo Bem!

A Santíssima Virgem ensina-nos, amando o trabalho e a santidade, que são estes os factores únicos, capazes de promoverem perfectibilidade da sociedade; e, com esta vida de heróica abnegação e lídima pureza, alcança na Celestial Jerusalém a mais refulgente coroa, o mais iriado diadema, merecendo ser proclamada em todos os tempos e em todos os lugares — bem aventurada: *Beatam me dicent omnes generationes...*

O oiro não tira as dores, não lava as informias, não purifica os caracteres degenerados. A nobreza, as honras, todas as grandezas da terra e todos os prazeres não podem apagar no indivíduo o ferrete da acção que avilta; o labéu da culpa nada o encobre!

Podemos, quando muito, experimentar o deslumbramento da lisonja, mas ele desaparecerá tão depressa, como a gota de água, lançada em ferro candente! A virtude, e só ela, nos pode elevar, engrandecer e tornar perdurável a nossa felicidade. Foi por ela que a Virgem mereceu ser galardoada com um trono de glória, superior ao de todos os anjos e santos, só inferior ao da trindade Santíssima.

Se, pois, queremos ser felizes, devemos imitar o exemplo de Maria. É o que procurarei mostrar, no decorrer do meu humilde discurso.

Como, ó Virgem Puríssima, seria dolorosa a existência do homem se na estrada da vida, erizada de espinhos e abrolhos, em que se estadeia o crime e a perversidade, não houvesse um oásis bendito, onde, à sombra da virtude, pudéssemos cobrar alento, para prosseguirmos na penosa marcha!

(CONTINUA)

PN interessado na agricultura de montanha

De acordo com as declarações há dias prestadas à Radio Televisão do Minho pelo eng.º José Luís Gonçalves, o Parque Nacional da Peneda-Gerês e a Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho enviaram recentemente ao Parlamento Europeu um projecto de intenções no âmbito do programa de agricultura de montanha e gestão dos recursos agrícolas.

O projecto engloba duas componentes: o estudo e levantamento da actual situação e os aspectos sócio-económicos e respectivas acções específicas destinadas a regiões com atraso de desenvolvimento.

Ainda segundo o director do PNPG, do lado de Espanha, e face à existência de uma área protegida na mesma zona, foi apresentado um programa articulado com o nosso, fazendo cada um dos processos referência ao outro.

A necessidade de apresentar dois programas em detrimento de um só deve-se às exigências da CEE que obriga à elaboração, em mais do que um país, de projectos próprios para haver referências de comparação.

A existência de uma área protegida, desde o passado dia 20 de Dezembro, na Galiza e na mesma zona de confluência do Gerês, segundo a mesma fonte, permitiu elaborar este tipo de projectos, cobrindo as exigências comunitárias e procurando um desenvolvimento equilibrado em ambos os lados da fronteira.

José Luís Gonçalves está convicto de que a resposta das instâncias comunitárias deve ser dada dentro de dois ou três meses e, no caso de ser aprovada, será elaborado um projecto de pormenor especificando o tipo de acções e desenvolver conjuntamente com o Governo da Galiza.

DO HOMEM AO CÁVADO...

Gerês

SERÁ VERDADE?

De acordo com uma fonte bem posicionada na questão, um ofício que, recentemente, a nova Junta deste freguesia enviou à direcção do Centro de Saúde de Terras de Bouro, comunicando-lhe a sua indisponibilidade de continuar a suportar as despesas relativas à limpeza e consumo de energia eléctrica e água da Extensão de Saúde (Posto Médico) do Gerês parece que causou um certo mal-estar naquela repartição de Terras de Bouro.

A mesma fonte disse-nos até que, por parte dos responsáveis da Saúde no nosso concelho, houve até o desabafo de, no caso de a Junta de Freguesia manter tal decisão, mandar encerrar o referido posto médico. O que, bem vistas as coisas, seria pior «a emenda que o soneto».

Ao que nos disseram, em condições normais é à Administração Regional de Saúde que compete o pagamento de tais encargos. Por que carga de água não deverá ser a ARS a satisfazer tais despesas no Gerês?

NOVOS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS

Enquanto que da parte das duas empresas é o «não te rales» que se conhece, a iniciativa privada lá vai remando contra a maré da indiferença e dando exemplo aos mais poderosos.

Assim, está anunciada para breve a instalação de dois novos empreendimentos hoteleiros no Gerês, designadamente uma gelataria e um restaurante no edifício das chamadas «Amoreiras», na Batoca.

Está prevista a abertura dessas novas unidades ho-

teleiras antes da próxima época balnear.

LIBERTAÇÃO DE AVES DE RAPINA

Segundo se anuncia no último número do boletim informativo do PNPG—Juiz—por sinal, cada vez com melhor aspecto gráfico e de apreciável conteúdo, a partir da segunda quinzena de Fevereiro último o Centro de Estudos e de Reabilitação de Aves de Rapina, instalado em Albergaria, procedeu à libertação de diversas aves de rapina na área do Gerês.

Essas aves foram postas em liberdade com uma marca alar de cor vermelha, formada por uma letra seguida de dois algarismos.

A referida marca permite identificar em voo todos os exemplares libertados e quaisquer informações que possam ser fornecidas sobre essas aves sejam para o eng.º Miguel Pimenta, PNPG—Braga, convindo referir a inscrição da asa, data, local de observação, comportamento da ave no momento de observação e nome e endereço do observador.

SAIU MAIS UM NÚMERO DE «O CARVALHINHO»

Acabou de sair mais um número de «O Carvalhinho», boletim informativo da escola primária do Gerês.

Com temas de grande interesse, o n.º 3 de «O Carvalhinho» inclui uma entrevista com o delegado no Gerês do PN, uma reportagem sobre uma visita de estudo efectuada em 26 de Janeiro ao Centro de Recuperação de Aves em Albergaria e outras secções de muito interesse que revelam a apetência dos alunos da nossa escola primária para as lides jornalísticas. Que continuem

como até aqui são os nossos votos.

HOTEL MAIA

Na hora em que redigimos esta notícia, não se conhecem ainda os resultados referentes à venda do Hotel Maia, conforme já referimos anteriormente.

Pelos vistos, tem havido um considerável número de pessoas que se têm mostrado interessadas na aquisição daquele imóvel—e ao que nos disseram, algumas delas ninguém sabe onde é que irão buscar o dinheiro que ofereceram por tal compra...—tendo as respectivas proprietárias anunciado, entretanto, que o recheio do hotel não será posto à venda. Aguardemos, pois.

MOVIMENTO TURÍSTICO

A nossa terra, apesar de estarmos ainda em pleno inverno, continua a ser alvo de procura dos turistas que até cá se dirigem, principalmente nos fins de semana.

O fim de Semana prolongado do Carnaval teve um movimento bastante considerável de turistas, embora as condições atmosféricas não fossem as mais favoráveis. Registe-se, nesse período, o acampamento aqui efectuado pelo Aquipamento de Escuteiros de Vilarinho—S.º Tirso.

SABIA QUE...

As águas do rio Gerês eram, no século XVIII, muito ricas em peixe, nomeadamente em trutas, bogas, escalos e enguias?

E que a respeito das trutas do Gerês já o médico do rei D. João V, Dr. Francisco da Fonseca Henriques, as elogiou no seu livro «Âncora medicinal para conservar a vida com saúde», dizendo que a melhor forma de as preparar é cozê-las em vinagre, comendo-as depois frias, com sal e pimenta?

PERGUNTAR NÃO OFENDE...

Em surdina, tem sido alvo dos mais variados comentários a notícia que entre nós circula e se refere ao «puxão de orelhas» que, por ocasião da recente reunião da Assembleia Municipal em Terras de Bouro, o respectivo presidente da Câmara deu, ainda que particularmente, ao nosso Presidente da Junta de Freguesia pelas posições entretanto assumidas pela CDU em relação à fronteira de Portela do Homem.

Pelos vistos, o Presidente da Junta declarou nada ter com o assunto pois, além de não ter sido ouvido sobre essa questão, também não participou na reunião em que tal posição foi assumida pela CDU de Terras de Bouro.

E se perguntar não ofende, digam-nos lá: e mesmo que o autarca em questão tivesse participado nessa reunião, será que não estamos a viver num regime democrático em que as pessoas são livres para expressar as suas opiniões, embora possa existir quem não concorde com elas?

Vieira do Minho

CÂMARA PREOCUPADA COM CONSTRUÇÃO CLANDESTINA E MÁQUINAS DE JOGOS

A nova Câmara Municipal deste concelho mostrou-se, recentemente, preocupada com o avolumar de construções clandestinas que, à semelhança de outros lados, estão a proliferar em Vieira do Minho.

Neste momento, está a proceder-se a um levantamento de tais situações em todo o concelho, de forma a possibilitar ao executivo municipal um conhecimento mais aprofundado do problema.

Para os responsáveis autárquicos há a convicção de que muitas das situações detectadas se fiquem a dever a uma certa permissividade que se instalou no concelho com o decorrer dos anos, sendo mesmo natural que os proprietários de tais obras, na maioria dos casos, tenham protelado a legalização das construções julgando que dessa situação não resultassem problemas no futuro.

Por outro, e por imperativos de justiça, a Câmara já está a proceder ao levantamento de autos de transgressão por falta de licenciamento em casos já fiscalizados, esperando que o problema venha a ser solucionado na sua totalidade logo que as regras disciplinadoras sejam definidas.

Contra situação que preocupa a nossa Câmara Mu-

nicipal refere-se à proliferação acentuada que neste concelho se vem registando das máquinas de jogo, com preferência na vila.

Procurando sustentar tal situação; o executivo começou por dificultar a renovação de licenças dessas máquinas, decidindo criar um grupo de trabalho para encontrar soluções de equilíbrio entre o interesse público e privado.

Desse grupo de trabalho fazem parte a prof. Maria Ferreira dos Santos, representantes da Delegação Escolar, escolas, associação de pais, da GNR e dos proprietários dessas máquinas, com a finalidade de, em conjunto, se estudarem as soluções de equilíbrio que se pretendem.

CÂMARAS INTERESSADAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Associação de municípios do Vale do Ave, constituída pelos concelhos de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Famalicão, Santo Tirso, Vila do Conde e Guimarães vai organizar uma sociedade de desenvolvimento regional com o objectivo de promover e diversificar o investimento produtivo da região.

Tal iniciativa enquadra-se nos objectivos da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, a qual já entregou à Sociedade de Prestação de Serviços Financeiros e Gestão a preparação do processo de constituição e montagem da

sociedade de Desenvolvimento Regional, cujo capital social mínimo é da ordem dos 400 mil contos.

DEFICIENTES SÃO PROBLEMA

De acordo com o estudo efectuado pelo núcleo concelhio de prevenção e apoio ao deficiente, a partir de 25 de Junho passado, existem no concelho de Vieira do Minho mais de trezentos deficientes, entre invisuais, não auditivos, deficiências motoras e psíquicas e psico-motoras, atingindo estes o maior número, cento e trinta.

Em ordem à integração das actividades do referido núcleo no Projecto Distrital, foram considerados como prioritários os objectivos do plano orientador da política de reabilitação.

Pensão
UNIVERSAL

ABERTA TODO O ANO

Restaurante
EM

TERMAS
DE CALDELAS

Telefones 36236 / 36286

4720 AMARES

«As vergonhas da nossa terra»

O marasmo a que a nossa terra foi votada nas últimas décadas, é bem evidente e confirma-se através de imagens como a que a gravura anexa ilustra superiormente.

Em pleno coração das termas, este pardieiro demonstra, esplendidamente, o abandono e o desleixo a que se chegou.

Embora esteja a ameaçar ruína iminente, ninguém se incomoda com isso. Para cúmulo, vive nos fundos

desta casa em ruínas um pobre ser humano, indifferente à ameaça contínua de um dia ficar soterrado entre os escombros.

Depois, serão os lamentos da praxe e, como a culpa morreu solteira, ninguém assumirá a responsabilidade da catástrofe.

Será que os serviços de fiscalização da nossa Câmara ainda não terão enxergado tal situação, antes que seja tarde?



Cardoso da Saudade

• FATOS

• CALÇAS

• CASACOS

• BLUSÕES

ARTIGOS DE ALTA QUALIDADE

A PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

Cardoso da Saudade

LARGO DE SANTA CRUZ — BRAGA

DO HOMEM AO CÁVADO...

Terras de Bouro

CÁ P'RA NÓS...

«Eu nunca me mantive no poder em Terras de Bouro. Eu mantive-me sempre no dever, porque eu fui sempre o escravo do dever. Quem está no poder não se desgasta, mas quem está a cumprir um dever, com o empenhamento com que o faço, vê chegado o momento de parar e este será o meu último mandato.»

Com estas curiosas palavras, abria há tempos um jornal portuense, uma não menos curiosa entrevista(?) com o presidente da Câmara deste concelho, cujo entrevistador — dizem as más línguas — é o «porta-voz» officioso municipal...

Entre os terrasboureuses mais lúcidos e atentos, levantou-se, de imediato, esta interrogação: mas como é que após o forte empenhamento registado nas últimas eleições, em que foram prometidos mundos e fundos, o nosso autarca se apressou, volvidos escassos dois meses, a anunciar o seu «canto do cisne»? Por cansaço precoce ou...?

ALMOÇO DE TERRAS DE BOURO NÃO SE REALIZA

Os nossos leitores por certo que ainda devem estar recordados da realização, na Casa do Minho, em Lisboa, do I Almoço regional de Terras de Bouro, em Fevereiro do ano passado.

Apesar do êxito assinalado e da promessa de, neste ano, se repetir tal iniciativa estamos em condições de anunciar que, de acordo com a informação que nos foi prestada por um dos seus responsáveis mais directos, este ano não se repetirá tal almoço, o que se fica a dever a várias circunstâncias, mas principalmente, a um certo desgaste e cansaço que para essas pessoas representou o lançamento de tão feliz iniciativa que, ao cabo e ao resto, acabou por morrer à nascença...

A CÂMARA PROMETE...

Recentemente, o presidente da Câmara de Terras de Bouro anunciou ter apresentado aos fundos comunitários do FEDER um conjunto de obras no concelho, como o Centro de Animação Termal e a Variante do Gerês, o abastecimento de água a Rio Caldo e a recuperação de casa dos Bernardos, em S.^{ta} Isabel do Monte.

Essas obras, segundo o Dr. José Araújo, estão condicionadas ao financiamento da CEE e acredita que dos resultados dos pedidos agora efectuados não se obterá resposta antes do próximo mês de Maio.

USE SEMPRE O CAPACETE

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Na sua reunião ordinária do dia 15 de Fevereiro, a Câmara Municipal de Terras de Bouro tomou as seguintes deliberações: atribuir o passe de transporte aos alunos do ensino especial integrado e respectivos acompanhantes; adquiriu uma máquina de costura por 59.600 escudos para apoiar os cursos sócio-profissionais da Extensão Educativa; adquiriu por 165 mil escudos o fardamento para a charanga da Associação de Arte e Recreio de Vilar da Veiga; adjudicar à firma Luis Gomes Lamego, de Braga, diverso material escolar no valor de 592.496 escudos; executar obras de restauro no jardim de infância anexo ao salão paroquial de Souto; mandou proceder à pavimentação do caminho da Carona, no Gerês; aprovar o protocolo estabelecido entre a Câmara e o Ministério da Justiça para as obras de reparação das instalações das Conservatórias do Registo Civil, Predial e Notariado, cujo montante ascende a 1.700 contos; e aprovar uma proposta a apresentar à aprovação da Assembleia Municipal, no sentido de ser estabelecido o limite de 20 mil contos para obrigatoriedade de abertura de concurso público em empreitadas e de 5 mil contos em fornecimentos.

POSIÇÕES PARTIDÁRIAS

Em reunião realizada no passado dia 20/2/90, a Comissão Coordenadora de Terras de Bouro da Coligação Democrática Unitária decidiu tornar público a seguinte Nota:

«1—É falso, que a abertura durante todo o ano da Fronteira da Portela do Homem, favoreça as gentes de Terras de Bouro ou tenha qualquer influência positiva no desenvolvimento económico, social ou cultural do concelho.

2—O projecto sobre a passagem do Gerês a vila, que a Assembleia Municipal aprovou e que foi entregue a um deputado do PSD, para ser discutido na Assembleia da República, é notório que está congelado por motivos políticos e que o partido da maioria não está interessado em avançar com ele.

3—Nunca a Câmara Municipal de Terras de Bouro assumiu os seus deveres perante a empresa das águas do Gerês. Esta empresa nunca cumpriu o contrato que assumiu, que fruto da exploração das águas tem obrigações de ordem social e compromissos de beneficiação e apoio ao desenvolvimento do Gerês.

Perante estas graves situações, que são extremamente preocupantes e que afectam o concelho, os interesses e aspirações da sua população, a Coligação Democrática Unitária considera:

É incorrecto a abertura da fronteira, que sob a demagogia do desenvolvimento, apenas serve para destruir o parque, afastar o Turismo que este atrai, prejudicando desta forma o comércio e a população em geral. Ao inverso da abertura desta, devem haver condicionalismos que impessam a destruição do parque devido à sua utilização.

O desenvolvimento do concelho, apenas é possível com o criar de condições e incentivo ao Turismo, que passa pela defesa e asseio do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Para a sua preservação, torna-se necessário melhorar a sua gestão e permitir que a população esteja representada nesta e dotá-lo de meios materiais e humanos para impedir outras catástrofes como a acontecida no passado Verão.

A passagem do Gerês a vila que o PSD está a empatar, merece o repúdio da CDU, porque é uma aspiração legítima da população desta localidade e que no futuro lhe pode trazer vantagens e progresso. Se tal projecto não for apresentado com a brevidade que se exige, o Partido Comunista Português, apresentará um projecto próprio para aprovação, no sentido de resolver o problema, antes das eleições autárquicas todos apoiavam (demagógicamente e com fins eleitoralistas) esta iniciativa, passadas estas, toda a gente se esqueceu as promessas feitas e outros procuram afastar o processo por falta de vontade política para o resolver. (Como é o caso do PSD).

A Câmara Municipal de Terras de Bouro, dá mais uma prova de incapacidade ou inoperância (não suponho outras dúvidas) ao não assumir as suas responsabilidades de defesa dos interesses da população. Existindo um contrato, onde a empresa das águas do Gerês, a troca da concessão de exploração destas, é obrigada a cumprir obrigações de ordem social e de beneficiação desta localidade, esta autarquia, que era possuidora deste documento, nunca exigiu que esta empresa assumisse as suas responsabilidades e permitiu que apenas saísse riqueza do concelho e não houvesse investimentos. A CDU exige que a Câmara Municipal de Terras de Bouro, obrigue esta empresa a cumprir no imediato as suas obrigações, uma vez que lhe compete resolver problemas em áreas precárias como é o caso do hospital, saneamento e jardinagem.

Os bourenses continuam a ter provas gritantes das irresponsabilidades e incompetências dos partidos que tendo nas suas mãos matéria de extrema importância para o concelho, relegam — digo relegem-na para segundo plano, não se incomodando com os problemas que todos sentimos. Sente-se que a população de Terras de Bouro começa a dar sinais de ganhar consciência que é necessário mudar. Essa mudança só é possível com um maior reforço da CDU no concelho, caso contrário, não sentimos essas mudanças, não diferenciamos o PS dos outros partidos de direita porque na prática alia-se a estes.»

Vilela

OBRAS

De há muitos anos que esta freguesia aguarda a ligação da estrada municipal que a atravessa com a estrada municipal de Paredes Secas.

Feita a compra dos terrenos necessários à passagem da estrada a Câmara Municipal fez a adjudicação da obra cujos trabalhos começarão em breve. A notícia causou a maior satisfação.

Bom seria que a nossa Câmara, dentro da valorização do património histórico que pretende defender e fazer dele motivo turístico, fizesse um estudo de defesa da estrada romana da Geira e arranjasse a declaração de utilidade pública pela entidade competente.

O Dr. Domingos Maria da Silva deixou elementos preciosos que é preciso olhar e seguir.

C.

Proselo

«QUINTA DE ANCEDE» —NOVA MARCA DE VINHO

Esta freguesia é hoje o berço das maiores produções de vinho verde do Concelho e das marcas mais famosas. Depois do «Solar das Bouças», lançada por esse pioneiro que é o Sr. Albano de Castro e Sousa, foi agora lançada no mercado a marca «Quinta de Ancede» que já há alguns anos se vendia mas só agora tomou a forma da expansão em quantidade e é propriedade do Sr. João Barbosa de Macedo, tendo como administrador seu filho João Paulo Macedo.

Com uma média de 140.000 garrafas vai assim atravessar a época de colheita 1989/90, esperando-se que na próxima colheita o vinho dê para atingir as 200.000 garrafas.

Instalações amplas, aprovadas e subsidiadas pela C.E.E. dão à firma as melhores perspectivas de futuro.

C.

Rio Caldo

NÓS POR CÁ...

—Então, homem, já viste as «consoadas» que a nossa Câmara anda p'ra aí a distribuir?

—«Consoadas»?! — perguntamos nós. Aonde já vai o Natal e tu a falares em consoadas?! Não te estou a perceber e, por isso, o melhor será trocáres isso em miúdos.

—Sempre me saíste um jornalista! Então não soubeste que a nossa Câmara, depois de já lhe ter dado, há meses, uma boa maquia para esse fim, voltou agora a dar 250 contos ao nosso Grupo

Recreativo para a aquisição de uma aparelhagem sonora?

—Tenho uma vaga ideia disso mas, sinceramente, nem reparei.

—Pois, és o bem intencionado de sempre e nunca medes o alcance de tanta coisa que se passa à tua volta.

—Mas, diz-me lá, uma aparelhagem sonora para um grupo como o nosso, será assim tão cara?

—Estás a ver como tu já enxergaste onde eu queria chegar?! É isso mesmo. Para quê uma aparelhagem tão sofisticada, adquirida, pelos vistos, com boa parte do nosso dinheiro enquanto há para aí tantos «buracos»

para tapar e não se tapam por não haver verba?

—Mas olha que os buracos nas estradas não são assim tantos...

—Bem se vê que não me percebes. Por buracos entende lacunas ou carências de que o nosso concelho sofre em todos os aspectos.

—Ah! Percebi, mas tu bem sabes que «quem canta seus males espanta» e se a música é cavaquista, quer dizer de cavaquinhos, junta-se o útil ao agradável. Faz-se campanha e... distrai-se o povo!

—Até que enfim que abriste os olhos, homem! Até que enfim!...



Fábrica de fatos casacos calças

de alta categoria!

À VENDA NOS BONS ESTABELECIMENTOS

Ponte dos Falcões

Telefone 71 2 10

Maximinos - 4700 Braga

Telex 32288 Facho

DO HOMEM AO CÁVADO...

Amores

As obras de construção dos novos Paços do Concelho em Amores estão paralisadas devido ao «inexplicável» atraso na assinatura do contrato — programa acordado já há muito entre a Câmara e o Governo. Enquanto isso não se verificar, a Câmara continuará, assim, privada de obter a comparticipação governamental para o empreendimento.

«Não vamos largar a porta no Governo até conseguirmos ver o assunto resolvido no mais curto espaço de tempo», garantiu o presidente da Edilidade amarense, que disse estranhar este atraso na assinatura do contrato-programa.

José Carlos Macedo foi recebido, pelo governador civil de Braga, numa audiência solicitada a pedido do autarca, o qual pretende que o chefe do distrito intensifique as suas diligências junto do Poder Central no sentido de apressar a resolução do problema.

Segundo José Carlos Macedo, «o governador civil manifestou-se disponível para os necessários contactos como o Governo que representa no distrito, tendo-nos mostrado, inclusivamente, o conteúdo da carta que já endereçara ao secretário de Estado da tutela, o que significa que não tem descurado o assunto».

O autarca anunciou que tentará ser recebido novamente por Fernando Alberto Ribeiro da Silva, na próxima semana. E acrescentou: «Enquanto não desbloquearem o dinheiro, não os deixo em sossego, porque já é tempo de se reiniciarem as obras».

Em causa está a segunda e última fase do empreendimento, a qual compreende a parte dos acabamentos. Segundo José Carlos Macedo, a primeira fase (estruturas) foi realizada em devido tempo pela Câmara, que investiu para o efeito 78 mil contos, embora esses trabalhos iniciais tivessem sido adjudicados pelo valor de 22 mil contos.

As obras da segunda fase já deviam ter arrancado há muito e, se não fossem os contratemplos entretendo verificados no processo de comparticipação governamental, o autarca admite que o edifício estivesse já totalmente concluído e em condições de ser utilizado.

«Queremos adquirir equipamentos para os serviços, mas não o podemos fazer porque as actuais instalações, além de precaríssimas, não dispõem do espaço pretendido para o efeito», observou José Carlos Macedo, apontando, a propósito, o caso de uma nova central telefónica da Câmara.

O novo edifício, que permite, naturalmente, dar solução a esse tipo de problemas, localizar-se-á junto ao Palácio da Justiça de Amores, numa zona nova da vila. No seu projecto estão previstos três pisos e instalações suficientes amplas para uma maior operacionalidade do serviço, objectivo que não é possível concretizar nas actuais instalações, já de si saturadas pelo crescendo da actividade, em resultado de novas necessidades.

José Carlos Macedo disse, ainda, que a sua autarquia continua a desconhecer qual vai ser a «percentagem da comparticipação prevista, porque nunca obtive qualquer informação nesse sentido», lamentando o silêncio do Poder Central a esse respeito.

Vilar da Veiga

A NOSSA IGREJA

Tal como já em edições anteriores deste jornal informamos, à nossa igreja paroquial tem vindo a passar por grandes obras de restauração que em muito a irão beneficiar.

Neste momento, está a proceder-se às obras da sacristia e da pavimentação total do adro, prevendo-se que tais obras estejam concluídas antes da Páscoa.

Em Terras de Bouro

As questões do PN e da fronteira «aqueceram» a Assembleia Municipal

(Continuação da página 2)

lecer a aprovação na generalidade do actual regimento e ficaram indigitados para proceder ao estudo das alterações a apresentar na próxima reunião o dr. Manuel Adelinho, dr. Francisco de Assis e José Vieira Martins.

O ponto 2 da agenda da reunião, destinava-se à eleição do presidente da Junta que fará parte da Assembleia Distrital, tendo sido eleito o presidente da J.F. de Rio Caldo, Abílio Manuel da Costa, com 20 votos, seguindo-se os de Vilar da Veiga, Moimenta e Campo, com 4 e o de Valdozende com 1. A seguir, dando cumprimento ao n.º 3 da ordem de trabalho, procedeu-se à eleição do presidente da J.F. delegado ao congresso da Associação Nacional de Municípios, sendo eleito, como titular, o presidente da J.F. de Gondoriz, José Augusto Almeida, com 18 votos, e como suplente, o presidente da Balaça, Abraão Santos, com 19 votos.

Seguir-se-ia a análise e discussão da proposta da Câmara para dispensa de concurso público para empreitadas e fornecimentos à autarquia, tendo Carlos Pereira explicitado a legislação e lido a informação da Câmara sobre o regime a observar, nomeadamente nas empreitadas (até 20 mil contos), ajuste directo (obras inferiores a 10 mil contos) e fornecimentos (até 5 mil contos). O presidente da Câmara invocaria a morosidade da tramitação dos concursos públicos, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 4 abstenções.

De imediato, entrou-se no ponto 5 da reunião, o qual previa a análise e

discussão de proposta da Câmara para delegar nas Juntas de Freguesia obras por administração directa, concretamente calcetamentos, conclusão de centros culturais, execução de regadios e caminhos agrícolas, pequenas obras de abastecimento de água e acessos, limpeza das ruas e recolha de lixo, especialmente nas freguesias de Vilar da Veiga, Rio Caldo e Valdozende.

O presidente da Câmara diria que esta proposta não vincula as Juntas de Freguesia pois, além da autorização da A.M., é preciso que as J.F. estejam interessadas. A nível de freguesia tem de haver aterros sanitários e por isso, há que sensibilizar as populações para o problema do lixo e de futuro, haverá multas até 5 contos para os prevaricadores.

Esta questão despoletou viva discussão entre os presentes e o presidente da J.F. de Vilar diria: «Não morrem pessoas todos os dias, mas o lixo faz-se todos os dias. Não se pode entender que, estando nós na CEE, tenhamos tanto lixo no concelho. Temos necessidade de um carro do lixo como de pão para a boca».

Verificando não estar a ser pacífica entre os presidentes de J.F. tal delegação de competências, Agostinho Moura levantou a questão à Mesa se não seria mais recomendável e correcta a metodologia de se auscultar, primeiramente, a opinião dos presidentes de Junta sobre este assunto e depois submetê-lo à apreciação da A.M. E sobre a questão das delegações de competências para obras, o mesmo deputado municipal alertaria a Câmara para os perigos que daí poderão advir se não houver uma fiscalização do executivo aos consumos das J.F., recordando, em pormenor, alguns abusos cometidos, na última década, por certa J.F. do concelho que se loqueletava com materiais de construção e não só.

Álvaro Pontes Oliveira questionaria também a Câmara sobre a referência às 3 freguesias citadas, tendo-lhe sido dito que a delegação da limpeza pública seria para todas as freguesias e em especial, às mencionadas.

O presidente da J.F. do Campo sugeriu que a mesma viatura garantisse a limpeza de várias freguesias contíguas num só

dia. O presidente da J.F. de Covide referiu que não se tinha falado dos prejuízos causados pelos turistas no Verão que chegam a assaltar os campos. Falou dos lobos que estão a atacar cada vez mais os rebanhos, tendo no passado dia 4 de Janeiro sido abatidas 21 cabeças de gado caprino e no ano passado, foram mortas pelos lobos 24 cabeças de gado cavalar em território do Parque Nacional. E aquele autarca questionava: «estamos a proteger a Natureza e a desfavorecer a nossa sobrevivência. Daqui a pouco, estamos rodeados de incêndios, árvores, animais ferozes e teremos de sair daqui».

O presidente da Câmara interviria para afirmar que não dispõe o executivo de meios que impeçam o afluxo maciço de turistas. Já fez sentir essa preocupação a quem de direito, mas entende que os turistas a pé provocam mais prejuízos no PN do que os outros. Há 15 anos que se registam incêndios no Parque e até agora, ninguém foi incriminado.

O eng. Fausto Dias diria que a recolha do lixo é importante mas não é o camião que vai resolver o problema. Há que sensibilizar as pessoas para que tenham hábitos higiénicos. E a Câmara deverá preparar um sistema de recolha do lixo que não provoque outros problemas à população. Sobre a preservação da Natureza, tema que seria referido por vários deputados municipais, Fausto Dias diria que estava convencido que iríamos ter mais um Verão com turismo massificado que deixa ao concelho poucos dividendos positivos. E por isso, apresentou a seguinte proposta: que a Câmara articulasse com o Serviço Nacional de Bombeiros uma estratégia de defesa do PNPG contra os incêndios e que a festa da fronteira fosse transferida para outro local diferente da Portela do Homem, dada a sua situação na reserva natural do PN.

Esta proposta reacendeu os ânimos entre a assistência. O dr. Francisco de Assis diria que a questão do PN é uma falsa questão. A Câmara e a direcção do Parque devem sentar-se à mesma mesa e chegarem a um acordo. Não concorda que se diga que o PN é um sanitário da Natureza.

E nós que somos? Selvagens? A festa da fronteira é uma vez por ano e o PN não tem fiscalização nenhuma.

Com a hora bastante adiantada e já no último ponto da agenda, o presidente da Mesa acabaria por apresentar a proposta à votação, não sem que, em antes, tivesse perguntado ao seu autor se a não desejava dividir em duas.

Mantendo-se na sua forma inicial, tal proposta seria rejeitada com 14 votos contra, 3 abstenções e 7 votos a favor, numa altura em que já não se registava a presença total dos elementos que, de início, responderam à chamada.

O dr. Manuel da Lomba seria o único a fazer a declaração de voto dizendo: «Penso que não estão reunidas as condições para se mudar o local da festa da fronteira da Portela do Homem e por isso, votou contra».

Entretanto, e em face da hora avançada, o deputado municipal Agostinho Moura informou a Mesa de que se abstinha de fazer a apresentação oral de um requerimento à Câmara Municipal sobre vários esclarecimentos quanto ao respectivo Plano de Actividades, os quais, em resumo, são os seguintes: a) «Ponto da situação» das anunciadas construções do Centro de Animação Termal, ETAR, Central Elevatória, novos sanitários públicos, do pavilhão polidesportivo, parque de estacionamento, novo quartel da GNR, plano de urbanização das Termas do Gerês e quais as razões dos sucessivos adiamentos de tais obras já previstas em Planos anteriores; b) Explicitação das verdadeiras razões que estarão a provocar o atraso na denominada «Variante do Gerês» e qual o montante das despesas já efectuadas, incluindo a expropriação de terrenos; c) «Ponto da situação» sobre as obras de Centro Náutico e Escola Preparatória de Rio Caldo, dos planos directores de S. João do Campo, Covide, Rio Caldo, Vilar da Veiga e plano de urbanização de Covas e Plano Director Municipal; d) Disposições legais em vigor no concelho quanto à construção de prédios urbanos.

A todas estas questões solicitou uma resposta da Câmara urgente e por escrito.

PADARIA UNIVERSAL

DE *António José Fernandes*

ESMERADO SERVIÇO DE PÃO
E PRODUTOS AFINS

FABRICO E VENDA DE PÃO ESPECIAL AOS DOMINGOS PARA
TORNAR O SEU ALMOÇO MAIS APETITOSO
O PÃO É O MELHOR E MAIS BARATO DOS ALIMENTOS
PREFIRA O DA PADARIA UNIVERSAL

TELEFONE 66125

SANTA MARIA DE BOURO • AMARES

QUE FIZERAM OS PORTUGUESES EM ANGOLA

VII — CRESCIMENTO GALOPANTE DAS CIDADES NUMA COABITAÇÃO PACÍFICA

«Para Angola rapidamente e em força». Volvidos trinta anos, de todos os que viveram no Ultramar, quase ninguém duvida da objectividade destas palavras proféticas de Salazar.

Angola estava na sua época áurea: Prospecção de petróleo, segundo produtor mundial de diamantes, colocação do café e algodão no mercado internacional...

Salazar, não só tinha em vista a ocupação militar como o povoamento maciço de europeus para a defesa e salvaguarda da Província. Pensou num Estado Federal e futuramente numa Nação multirracional. Mandou cancelar as transferências de capitais para a Metrópole e estrangeiros a fim de serem investidos «in loco».

A propriedade era tão palpável que as cidades cresciam espontaneamente. O Banco Português do Atlântico, com trinta e três pisos, era inaugurado por Américo Tomás em 1962. A marginal de Luanda ruiu para dar lugar a contínuos arranha-céus de sucursais mundiais. Vetada a fuga de capitais, numa terra tão rica e próspera, os investimentos eram galopantes. Rasgaram-se avenidas com quatro e mais quilómetros logo ladeadas de contínuos edifícios esbeltos a desafiar os céus.

Lia-se então nos órgãos de comunicação social portugueses e estrangeiros que os portugueses ultramarinos (colonos) com máquinas devastadoras e potências arrasavam as casas ou cubatas dos pretos para darem lugar às ditas avenidas com características arquitectónicas de cariz europeu expulsando-os para as periferias. Seria verdade?

Vamos refutar esta afirmação altamente tendenciosa e vamos fundamentalmente basear-nos em Luanda porque era a maior cidade da África Austral e a terceira do Continente Africano.

A ilha de Luanda com doze quilómetros habitáveis de comprimento encimada por uma bela avenida a toda a extensão e ligada à cidade por uma ponte de trezentos metros, era considerada a sala de visitas da cidade. Pela brisa da tarde e sobretudo fins-de-semana, tornava-se quase obrigatório o tradicional passeio até à ilha. Quando chegavam os visitantes (oficiais ou particulares) era imprescindível não só a visita àquele oásis, mas também uma refeição típica no local servida por restaurantes adequados.

Essa épico-lírica fortaleza natural da cidade

resguarda-a totalmente das intempéries do Atlântico e proporciona uma das baías de renome mundial onde se realizavam os desportos náuticos mais variados.

Qualquer nacional ou estrangeiro tentava tudo por tudo para dispender dois outros mil contos na aquisição de um pequeno lote para levantar um hotel, café, casas recreativas, apartamentos... Mas era totalmente impossível. Salvo um pequeno número (indispensável) de casas de pasto, residências oficiais e cafés-mercarias, toda essa ilha apenas podia ser povoada por cubatas ou palhotas típicas. Só assim era possível conservar a sua originalidade. Servida por uma das igrejas mais antigas de Angola, Nossa Senhora do Cabo, noventa e oito por cento dos habitantes eram pretos.

Desde Paulo Dias de Novais todas as edificações camarárias respeitaram o primitivo planeamento urbanístico. Quando os portugueses chegaram a Luanda em 1485 existia já uma pequena «cidade» de Luanda; cidade, podemos dizer, de pescadores na dita ilha. Viviam em cubatas e tinham como actividade fundamental a faina piscatória em gigantescas canoas. Ali habitavam porque eram pescadores, porque o clima era-lhes mais favorável, porque ali viviam isolados das feras, sobretudo do leão e da onça. Pode-se pois afirmar que a parte mais bela e sadia de Luanda continuou até ao fim do Império a ser povoada quase exclusivamente por pretos somente para se respeitar a tradição daquilo que os portugueses encontraram. E nisso consistia a graça e beleza da ilha contrastante com cidade dos arranha-céus.

Já no sopé da cidade, nas colinas sobranceiras à marginal e à própria ilha bem perto da velha fortaleza de S. Miguel e do palácio dos Governadores e actualmente presidencial, existiam os grandes bairros Prenda e Catambor.

Estes bairros povoados de cubatas e casas de madeira ladeavam a longa avenida da Maianga direcção ao aeroporto. Para qualquer incauto à nossa política de coabitação pacífica este panorama era bastante desolador. Entidades de Estado eram recebidas no aeroporto com todas as honras e forçosamente tinham de atravessar os ditos muceques para chegarem ao centro da cidade ou ao palácio governamental.

Quando em 1970 principiou a universidade na Maianga a reitoria fez tudo por tudo para fazer desaparecer esses bairros

alegando que necessitavam desses terrenos para campos desportivos e instalações para os professores. Não conseguiram porque tratava-se de habitantes ali radicados há mais de cem anos.

Já na saída da cidade pela estrada de Catete havia um pormenor muito interessante: Em três anos levantou-se o bairro para brancos mais populoso de Luanda—o bairro Sarmento Rodrigues ou bairro popular. Ali viviam cerca de três mil famílias europeias. Tinha como único acesso uma longa avenida quase exclusivamente povoada por cubatas de pretos. Nessa avenida como nos bairros supra citados e outros, para que um europeu conseguisse construir era necessário provar que esse terreno não pertencia à ninguém ou que o possuiu mediante compra voluntária ao antigo proprietário.

Nesta época a coabitação era sempre pacífica.

Em princípio o preto era senhor da terra. O europeu comprava-lhe a cubata ou o terreno (compra legal e escriturada) e somente depois podia edificar definitivamente.

Em qualquer parte o preto podia levantar a cubata. Vendia-a com o respectivo terreno por uns cem contos e com meia dúzia de feixes de palha construía mais além. Também era frequente possuir casa à europeia. Alugava-a ao branco e ia viver para a cubata.

Oficialmente não havia apartheid. Na prática surgia a segregação não pela cor da pele, mas uma segregação económico-social. Viam-se muitos pretos a viver em óptimas casas em plena cidade ao lado de europeus como se constatava com a presença de muitíssimos europeus em plenas sanzalas ou muceques com um nível de vida ínfimo, sofrendo a degradação da promiscuidade e da embriaguez.

Genericamente não era muito viável uma fusão completa porque as culturas e objectivos eram divergentes. O europeu, pensando sempre no amanhã, todas as horas eram poucas para trabalhar. Os bairros foram construídos durante a noite e nos fins-de-semana para não perderem o seu trabalho. O preto, pelo contrário, procurava viver o dia-a-dia não se preocupando com o amanhã. Procuravam ter sempre boa mesa, vestir bem, franquear a carteira e a casa a todos os amigos e parentes. O aniversário de cada familiar tinha de ser festejado com todo o requinte, brindado com as melhores bebidas e acompanhado de faustoso baile ou batuque.

O europeu ganhava mil; gastava quinhentos. O negro fazia o contrário. Daí afirmar muitas vezes que o branco tinha carro, casa, boa vida porque tinha vencimentos superiores em circunstâncias

iguais, nomeadamente no funcionalismo. O progresso de uns, com a sua constante azáfama, poupança e poder económico chocava com o relaxamento de outros.

O europeu, trabalhou, economizou, vendeu em Portugal para investir em Angola. Mas foi tétrico e macabro ter de forçosamente deixar tudo para em seguida verem-se os novos habitantes a escanhotar as mais lindas mobílias, portas, janelas e até o taco do pavimento para cozer a mandioca.

Essas multidões imensas que tiveram de fugir, sem pão e sem lar, aqui foram empurradas para casas semi-abandonadas em circunstâncias degradantes e vexatórias. E para consumir a alta traição os governantes continuam a mandar milhões de contos para Angola afirmando que se tratou de uma exemplar descolonização.

Parabéns!!!

A. Neves

APOSENTADOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES

Conforme o disposto no número 1 do artigo 37.º do Estatuto da Aposentação em vigor (nova redacção do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 191-A/79, de 25 de Junho), o funcionário público que atingiu 60 anos de idade e 36 de serviço efectivo, adquire o direito à aposentação ordinária, independentemente de sugestão a inspecção médica.

Pode, no entanto, e caso o pretenda, manter-se ao serviço até ao limite máximo dos 70 anos de idade, sem que isso altere a pensão que lhe compete, completados que sejam os referidos 36 anos de serviço.

Porém—e está a verificar-se—essa pensão poderá ser eventualmente beneficiada com as chamadas reclassificações de carreiras dos agentes no activo.

Na situação de aposentado, o funcionário manterá, por direito próprio, o estatuto da função pública, pelo que goza de certas regalias como se estivesse no activo, nomeadamente as de cariz assistencial (A.D.S.E.), aumentos percentuais anuais e outras, excepção feita às aludidas reclassificações de carreiras.

Só que, e apesar disso, as pensões que auferem vão-se degradando com o decorrer do tempo, distanciando-se, assim, dos seus colegas no activo.

E conquanto aceitemos, de certo modo, o di-

reito à diferença, o mesmo não diremos quando essa diferença é demasiadamente acentuada, de tal forma que nos force a dizer que sendo todos filhos dum pai comum (o Estado), os mais velhos, só por serem mais velhos, são penalizados em relação aos mais novos.

Foi por esta razão que o Dec.-Lei n.º 40-A/85, de 11 de Fevereiro, no seu artigo 5.º, ordenou que as pensões de reforma fossem actualizadas em 20 por cento, mas sem que a nova pensão daí resultante pudesse ultrapassar o vencimento líquido do colega da mesma categoria no activo.

Como o leitor sabe, está o actual Executivo Governamental a efectuar as chamadas Reformas Estruturais do País, quer a nível social, quer a nível económico e cultural, etc.

E por isso—devem estar lembrados—há cerca de 2 anos, o Governo começou por actualizar os vencimentos dos militares a partir do posto de ten. coronel; os quadros técnicos superiores do Estado; os detentores de cargos políticos, e acabou de pôr em vigor o novo sistema retributivo da função pública (Dec.-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro), para civis e militares.

Todavia, os aposentados do Estado continuam, como sempre, à espera duma actualização condigna das suas pensões, o que, de resto, é de ele-

mentar justiça equitativa e exigência premente das normas de solidariedade social, hoje tão apregoada aos quatro ventos pelas instituições Democráticas, pela Igreja e pelo próprio Governo.

Que os Senhores do Poder, que amanhã também farão parte do grupo, jamais considerem os aposentados como um

peso inerte e incómodo, segundo parece depreender-se da leitura do jornal («Expresso», de 18 de Novembro do ano findo de 1989), em que, inclusivamente, se pretende desvinculá-los da função pública, não obstante os direitos por si já adquiridos, e que devem ser respeitados.

Narciso José Gonçalves

A Leste tudo de novo

Por J. M.

Nos anos da última Grande Guerra, quando na frente de batalha virada a Ocidente não havia algo de importante, o comando alemão escrevia, sistematicamente—«a Oeste nada de novo». Passada a guerra esta frase tornou-se referência de literatos e analistas que assim lembravam um período negro da nossa civilização. O tempo foi voando, o Oeste abriu-se às notícias e às ideias. De Leste, as notícias e informações tornaram-se escassas e tinham de passar no crivo partidário, sujeitas aos condicionalismos do interesse ideológico.

Não pode dizer-se que nada se sabia do Leste, mas é certo que se sabia pouco e muito deturpado. De repente, inesperadamente, os muros que nos separavam do Leste começaram a ruir, e, então, surgiram as informações

mais surpreendentes e imprevistas.

Criu-se, então, um clima de análise que de uma maneira geral referia a transcendência dos actos que se vão conhecendo, mas não se arriscam previsões quanto ao futuro, confirmativo ou não daquilo que se vê.

Outro—sim se faz quanto aos factores, circunstâncias ou forças que dão origem a tal mutação. Todos vão aflorando hipóteses longínquas e incertas mas ninguém se atreve a, peremptoriamente, arriscar as causas decisivas do facto. É nisto em que estamos.

Entretanto os acontecimentos sucedem-se numa sequência vertiginosa e imparável, aumentando sempre de volume e caminhando no mesmo sentido. Aqui, fica a perguntar: que vimos nós

(Continua na última página)

FIGURAS TÍPICAS DO GERÊS

O ZÉ SERRALHEIRO

(V)

POR: AGOSTINHO DE MOURA



A oficina do Zé Serralheiro em Rendufinho

Não é fácil, passadas que foram já algumas décadas e face à varea-díssima amplitude de situações por ele criadas, descrever exaustivamente as múltiplas peripécias em que o Zé Serralheiro entrou ao longo da sua vida e, mais concretamente, nos anos em que viveu e trabalhou no Gerês.

Sintomática, embora não inesperada, tem sido para nós a repercussão que este aligeirado esboço de recolha da vida do «Rei dos Fogões» está a provocar entre muitos dos nossos leitores, numa prova inequívoca da simpatia e da saudade que as pessoas que com ele conviveram de perto por ele nutrem ainda.

É que, entre as várias prerrogativas da sua forte personalidade, destacava-se uma que, hoje em dia, vai rareando: a de fazer amigos.

Tal prática estendia-se também a sua esposa, a tia Laura, que até bem próximo da sua morte, ocorrida em 23 de Abril de 1988, ainda vinha, de longe a longe, ao Gerês visitar alguns amigos e familiares a quem muito estimava.

Já aqui referimos, em crónica anterior, que a tendência inveterada que o Zé Serralheiro manifestava para o alcoolismo, fazia-o perder as estribelas e em chegando a casa, tornava-se por vezes, que-silento e intratável. Depois, e como é, infelizmente, costume em situações idênticas, quem as pagava era a pobre da mulher que se via e desejava para o suporte nessas ocasiões, maldizendo a

hora em que o escolhera para marido.

Malandrote como sempre, o «Rei dos Fogões», ao ouvir da boca da sua esposa tais desabafos, quis um dia experimentá-la para ver até que ponto tais queixumes corresponderiam ou não à verdade.

Para tanto, fez aquecer, nesse dia, a discussão com a mulher até ao rubro. Fartou-se de ralhar e barafustar com ela que, desesperada, desabafaria: «Mas que mal teria eu feito a Deus para aturar um bêbado como tu, homem? Que bem não estaria eu ainda solteira, sem te aturar! E há tanta gente boa que morre, só tu é que me andas a arreliar, meu malandro!»

Tais palavras, ditas como desabafo pela atormentada tia Laura, foram por ele, premeditadamente, levadas a peito e, impetuoso, respondeu-lhe: «Ai é isso que tu queres? Achas que te estou a ser pesado? Então, deixa que já te faço a vontade: vou-me deitar a afogar!»

E com a velocidade de um relâmpago, saiu pela porta da cozinha fora, desceu a calçada da Boavista e em chegando à ponte — sempre a ponte!... — desceu as toscas escadas de pedra que, junto dela, dão acesso ao rio.

Nessa altura, junto ao actual açude situado a norte da ponte, havia um poço cravado na rocha, onde no Verão a rapaziada fazia a cascata do S. João e se banhava.

Mateiro como era, o Zé Serralheiro havia já colocado junto ao dito poço

um seu fato-macaco velho, cheio de palha por dentro, o qual, visto à distância, se confundia com a sua figura habitual, pois normalmente, e durante a semana, ele andava vestido com um fato-macaco de ganga azul, próprio para o seu trabalho.

Aproximando-se do poço, atirou o fato-macaco cheio de palha para dentro do poço e, sorratamente, escondeu-se por debaixo da ponte para ver a reacção da mulher. E tão magistral golpe resultaria em pleno: espancada com tão estranha ameaça de se deitar a afogar — coisa que da boca dele ouvira pela primeira vez — a pobre da tia Laura, com o coração nas mãos e palpitando-lhe o pior, botou-se a correr, desalmadamente, pela calçada abaixo em direcção à ponte.

Com o coração angustiado e a bater fortemente, os seus terríveis presságios pareciam ter plena confirmação quando, sustentando a corrida acelerada em que vinha, se aproximou do resguardo do lado norte da ponte e, incrédula e sem ponta de sangue, olha para o maldito poço e avista lá, com os seus próprios olhos, o fato-macaco do seu Zé a boiar, debruços, à tona da água!

Como fulminada por um raio de trovão, a tia Laura gritou, lancinantemente, por socorro e compreensivelmente desesperada, exclamou: «Socorro! Lá se foi o meu rico homem! Quem me salva o meu rico Zé! Acudam-me! Salvem-me o meu rico homem!»

Os vizinhos, sem nada saberem do que se estava a passar, acorreram solícitos aos gritos desesperados da tia Laura e alguns deles, mais expeditos, ainda se deitaram ao poço na tentativa de «salvarem» o velho amigo.

Só que este, comodamente sentado junto ao muro da ponte, onde até então ninguém o tinha visto, ria-se a bom rir e vendo a sua Laura desmaiada, apressou-se a subir as escadas para a consolar e manifestar-lhe, a ela e ao muito povo que, entretanto, lá se juntara, que ficara convencido com as provas consumadas que ela acabara de dar quanto ao verdadeiro

amor que por ele tinha.

Aliás, em partidas a roçar pela tragicomédia como esta foi o nosso Zé Serralheiro bastante fértil ao longo da sua vida.

Conta-se que numa bela noite de Inverno, depois de ter passado a tarde nos copos, o «Rei dos Fogões» desceu até à rua mas, àquela hora, não encontrou nenhum dos seus habituais parceiros. Desalentado, dirigiu-se pela avenida abaixo cantarolando em voz alta. E ao chegar junto ao Hotel das Termas, ouviu uma voz cavernosa vinda do alto do muro da praça que gritava: «Vai-te deitar borrachão! Vai-te deitar borrachão!»

Impávido e sereno, o Zé Serralheiro fez de conta que não era com ele e prosseguiu a sua marcha entoando a loa que tanto o entusiasmava. Chegando porém, à beira do Hotel Parque calou-se e, sorratamente, subiu a rampa que leva até à praça e ao lá chegar, veri-

ficou que o seu «opositor» era o João Capela. Aproximando-se dele ameaçadoramente, disse-lhe de chofre: «Ai és tu, meu malandro! Pois vais ver quem é então o borrachão. Vou-te matar!»

E ao dizer tais palavras, puxou da pistola de guerra que, normalmente, o acompanhava e dela podia fazer uso porque era elemento da Legião Portuguesa, e encostou-a, com o cano voltado para cima, junto à cabeça do angustiado «adversário». Sem que nada o previsse e num abrir e fechar de olhos, disparou um tiro para o ar, com a arma bem encostada às orelhas do maduro do João Capela, furando-lhe a aba do chapéu.

Com o tremendo susto que apanhou, o João Capela teve, ali mesmo, um desarranjo intestinal de tal ordem que não lhe deu tempo para se dirigir à casa de banho mais próxima...

Continuaremos.

A Leste tudo de novo

(Continuação da página 7)

fazer ao tabuleiro da informação pública num cenário destes e perante estes condicionalismos? Convenhamos que não vai nada de novo, mas vai sair uma opinião alicerçada em dois factores que todos conhecem mas que é bom serem repetidos. A nosso ver as condicionantes económica e religiosa foram determinantes e vão comandar o processo até ao fim.

O comunismo, ideologia em causa, afundou-se, e está em vias de se ver anulado, porque economicamente falhou e não aguentou a fidelidade do sentimento religioso aos princípios ensinados pelos antepassados.

O comunismo viveu dezenas de anos como guarda avançada da socialização, beneficiando dos favores da promessa e das certezas da propaganda. Foi dizer às classes menos favorecidas que

tinha muito que lhes dar e que a culpa do seu mal estar era o facto de haver ricos e haver religião. Contra isto encheu-lhes a cabeça de ideias e as mãos e armas. Era novidade e criou esperança. Avançou e por pouco não conquistou o Mundo.

Deus e o Tempo, mestres da vida, aguardaram o julgamento. Rodaram os anos. Cerca de sete dezenas. As fronteiras, por mais fechadas, foram abrindo nêsgas. Por elas entrou a luz e a verdade. Os povos foram tomando conhecimento de que estavam a ser enganados. A diferença foi notada. Primeiro pouco acentuada. Depois mais e mais. Finalmente em proporções enormes.

A mistura de ideologia com o patriotismo começou a não surtir efeito. É que os problemas das nacionalidades estavam demarcados.

Os povos começaram a preocupar-se somente com o seu bem-estar, a deitar às malvas o Partido que só lhes prometera bem-estar mas nunca lho proporcionara. Entretanto os sentimentos religiosos vieram ao de cima graças a muitos factores, o maior dos quais foi a acção Evangelizadora desse Papa extraordinário que é João Paulo II.

Moscovo não levantou a mão de força com que dominava os países satélites por qualquer outra razão que não fosse a de saber que economicamente esses países estavam perto da bancarrota e que a Rússia não possuía meios para lhes valer, pois ela própria estava e está no limiar da situação parecida e que dela só se poderia livrar com a ajuda do próprio Ocidente, dos tais países capitalistas, daqueles que economicamente venceram.

O que se passa é o resultado acumulado de dois sistemas económicos e políticos, é a vitória de um e o afundamento de outro. Por isso entendemos que as modificações de Leste são irreversíveis politicamente e vão conduzir esses povos a novos sistemas político-económicas em que o pluripartidarismo será factor decisivo. O comunismo será nome que esses povos vão repelir em eleições que terão resultados irrisionários para si.

De Leste tudo de novo. Tudo vai virar de novo. Falta saber a magnitude das mudanças na própria Rússia. Uma coisa se afirma desde já; elas vão ser, igualmente, irreversíveis. A maior incerteza é se o Estado vai manter as estruturas actuais, ou se não resistirá ao insucesso do comunismo no Mundo, semeado por ela, cultivado e amarelecido sob a sua vista.

PONTO(S) DE VISTA

Verificando os múltiplos abusos que, à semelhança do que em todo o lado infelizmente acontece, se registam na área da construção clandestina, a nova Câmara Municipal de Vieira do Minho promete encarar de frente tão intrincado problema, conforme se refere noutra local desta edição.

É uma autêntica praga que entre nós vai proliferando, cada vez com maior acuidade. Em cada canto ou esquina ou ribanceira se constrói, sem ligar às normas regulamentares em vigor.

E pior do que isso, apesar de em todos os municípios existirem, ainda que, em muitos casos, apenas como fachada ou no papel, os ditos «serviços de fiscalização de obras», há quem construa onde quer, como quer e quando quer, em absoluto desprezo pelas leis vigentes e pelos interesses e direitos dos outros.

Esses abusos chegam, nalguns casos, a atingir proporções tais que somente se poderão compreender através da corrupção desenfreada que se sabe existir em tão importante sector, onde muitos «comem», mas ninguém se assume nem responsabiliza pela onda imensa de mamarrachos que por aí se avistam.

Onde estará, por isso, a honestidade e lisura de processos que os nossos autarcas, nas recentes eleições, prometeram ao eleitorado? Quem vigia e fiscaliza quem?

A. M.